



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria

Protocolo

Assinatura

Folha nº 01

PROJETO DE LEI Nº 13 - 01

APROVADO EM SESSÃO:

EMENTA

**CRIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI,
O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO
E USO RACIONAL DA ÁGUA NAS
NAS EDIFICAÇÕES - PURA.**

Art. 1º - O Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações - **PURA**, tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações, bem como a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - Conservação e Uso Racional da Água - conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - Desperdício Quantitativo de Água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - Utilização de Fontes Alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o Sistema Público de Abastecimento.

IV - Águas Servidas - águas utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro ou banheira.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria

Protocolo

Rubrica

Folha nº 01

Art. 3º - As disposições desta lei serão observadas na elaboração e aprovação dos projetos de construção de novas edificações destinadas aos usos a que se refere a Lei nº 3.245/2007, inclusive quando se tratar de habitações de interesse social, definidas nas legislações pertinentes.

Art. 4º - Os sistemas hidráulico-sanitários das novas edificações, serão projetados visando o conforto e segurança dos usuários, bem como a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Art. 5º - Nas ações de Conservação, Uso Racional e de Conservação da Água nas Edificações, serão utilizados aparelhos e dispositivos economizadores de água, tais como:

- a) bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;
- b) chuveiros e lavatórios de volumes fixos de descarga;
- c) torneiras dotadas de arejadores.

Art. 6º - As ações de Utilização de Fontes Alternativas compreendem:

- I - a captação, armazenamento e utilização de água proveniente das chuvas e,
- II - a captação e armazenamento e utilização de águas servidas.

Art. 7º - A água das chuvas será captada na cobertura das edificações e encaminhada a uma cisterna ou tanque, para ser utilizada em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da Rede Pública de Abastecimento, tais como:

- a) rega de jardins e hortas,
- b) lavagem de roupa;
- c) lavagem de veículos;
- d) lavagem de vidros, calçadas e pisos.

Art. 8º - As Águas Servidas serão direcionadas, através de encanamento próprio, a reservatório destinado a abastecer as descargas dos vasos sanitários e, apenas após tal utilização, será descarregada na rede pública de esgotos.

Art. 9º - O combate ao Desperdício Quantitativo de Água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da Rede Pública Municipal e palestras, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rúbrica
Folha 03

Art. 10 - O não cumprimento das disposições da presente lei implica na negativa de concessão do alvará de construção, para as nova edificações.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta dias) contados da sua publicação.

Ver. Cesar Augusto Klein
Bancada do PL



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
PALÁCIO "RINCÃO DA CRUZ"

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI
Secretaria
Protocolo
Rubrica
Folha nº 04

Justificativa

A água é um recurso natural muito precioso que vem cada vez mais sendo estudada nas últimas décadas. O uso racional da água e o combate ao seu desperdício são hoje uma preocupação mundial. Alguns estudos de instituições internacionais estimam que até 2025 um terço da população mundial experimentará efeitos extremos de escassez de água. Com a preocupação e agravamento de falta de água, as pessoas devem assumir uma nova forma de pensar e agir, mudando seus hábitos e desenvolvendo formas de economizar água.

O esgotamento do recurso "água" é uma realidade e o uso racional deve ser considerado uma prioridade ambiental e social. Em se tratando do contexto mundial, Oriente Médio, Norte da África, Ásia Central e África Subsaariana são os que mais sofrem com a escassez. Falando de Brasil, o consumo nos últimos anos dobrou, e a expectativa é que dobre novamente, estimulada pelo consumismo. A disponibilidade de água per capita já é três vezes menor do que 1950.

Várias formas de conscientização sobre o uso racional da água foram implantados, tanto a título federal, estadual e municipal, mas a realidade está bem distante do que se almeja em relação ao cotidiano de cada pessoa.

Deve-se buscar a cada dia a conscientização para que com isso possamos obter resultados positivos contra o desperdício de água doce.

Com o objetivo de contribuir com a conscientização e minimizar esses índices é que foi criado este projeto de lei.

Ver. Cesar Augusto Klein
Bancada do PL

**CAMARA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua João Dubai Goulart, 942

ITAQUI - RS

55 34338207 - CNPJ: 90.776.279/0001-92

contador@camaraitaqui.rs.gov.br

www.camaraitaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 169/2020

IMPRESSÃO DE DESPACHO

Data: 22/07/2020

Hora: 22:58

Usuário: CID VANDERLEI KRAHN

Público: Sim

Processo : 169/2020**Data :** 22/07/2020**Tipo :** PROJETO DE LEI**Titular do Processo :** CESAR AUGUSTO KLEIN**Hora :** 08:40**Atendente :** JULIARA SOARES FALCÃO**Requerente :** CESAR AUGUSTO KLEIN**Observação :** Projeto de Lei Nº12/2020 OL - CRIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI, O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DA ÁGUA NAS EDIFICAÇÕES - PURA.

Despacho : Consoante a Informação nº 13.705/2019 do IGAM, o PL em comento não apresenta nenhum vício que impeça seja regularmente apreciado por esta Casa.

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI

Secretaria

Protocolo

Folha nº 05

Rubrica

Porto Alegre, 1º de abril de 2019.

Orientação Técnica IGAM nº 13.705/2019

I. O Poder Legislativo do Município de Itaquí, por meio do Procurador Jurídico Cid Krahn, solicita análise e orientação acerca de projeto de lei s/nº, de autoria do próprio Legislativo, que tem como ementa: "CRIA NO MUNICÍPIO DE ITAQUI, O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E USO RACIONAL DA ÁGUA NAS EDIFICAÇÕES - PURA".

II. Preliminarmente, a matéria encontra-se inserida nas competências constitucionais conferidas aos Municípios na Constituição Federal¹ e na Lei Orgânica Municipal quanto a legislar sobre assuntos de interesse local².

Demonstrada a competência legiferante do Município, examine-se a proposição sob a ótica da iniciativa legislativa. Sobre este aspecto, André Leandro Barbi de Souza³ ensina o seguinte:

É a fase do processo legislativo que deflagra a elaboração de uma lei, abrindo etapa externa da atividade legislativa, com a pública e transparente discussão e deliberação de seu conteúdo, em uma casa parlamentar.

A regra indica que o exercício de iniciativa de uma lei é geral. Encontra-se disponível ao parlamentar, a uma bancada, a uma comissão legislativa permanente ou especial, ao chefe do governo e aos cidadãos. Há situações, no entanto, em que o exercício da iniciativa de uma lei é reservado. Nessas hipóteses, apenas quem detém competência para propor o projeto de lei pode apresentá-lo. (grifou-se)

Constata-se que a maior parte do texto da proposição em análise não dispõe de forma a atribuir diretamente deveres ao Poder Executivo, à exceção do art. 11, quanto à regulamentação da lei e "requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de

¹ Art. 30. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

² Art. 6º Compete ao Município, no exercício de sua autonomia:
(...)
II - decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

³ A Lei, seu Processo de Elaboração e a Democracia. Porto Alegre: Livre Expressão, 2013, p. 31-32.

construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água”.

Porém, há ensejo para perguntar: Quem implementa, por meio dos serviços e obras que executa, uma política no Município sobre determinada matéria? Assim, em princípio de análise, neste ponto, dada a importância da regulamentação para implementação desta política no Município, a intenção legislativa acaba por ser “esvaziada” de sentido.

Ou seja, sem a necessária atuação dos órgãos do Executivo, especialmente nos atos de aprovação de projetos, as diretrizes da política municipal de captação, armazenamento e aproveitamento das águas das chuvas não se realizarão na prática. Neste momento, convém verificar o que dispõe a Lei Orgânica Municipal quanto às atribuições que competem aos agentes públicos:

Art. 53 Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

j) planejar e **promover a execução dos serviços públicos municipais;**

(...)

q) **aprovar projetos de edificações** e planos de loteamentos, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos; (grifou-se)

Ainda nesse contexto, a questão da instalação de hidrômetros em projetos de construções condominiais, por exemplo, é considerada como vício de iniciativa, por se referir a regulamentação deste tipo de edificação, como demonstram as seguintes ementas da jurisprudência dos Tribunais de Justiça dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo:

ADIN. LEI MUNICIPAL. VÍCIO DE INICIATIVA. MATÉRIA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. MATÉRIA QUE VERSA SOBRE ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. INFRAÇÃO AOS ARTS. 10, 62, INCISO II, ALÍNEA 'D', E 82, INCISO VII, C/C ARTIGO 8 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. Padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a Lei Municipal que dispõe sobre a individualidade do consumo de água nos condomínios residenciais e comerciais, determinando condutas administrativas próprias do Executivo, em afronta ao princípio da independência entre os poderes. JULGARAM PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70022258610, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 18/08/2008) (grifou-se)

ADIN. RESERVA DE INICIATIVA. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ORGÃO. AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS RESIDENCIAIS. É INCONSTITUCIONAL, POR VÍCIO DE INICIATIVA, LEI MUNICIPAL QUE DISPONHA SOBRE O MODO COMO DEVE REALIZAR-SE ATIVIDADE TÍPICA

DE ADMINISTRAÇÃO, COMO O É A RELATIVA A AFERIÇÃO DE HIDRÔMETROS RESIDENCIAIS. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 597240316, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Janyr Dall'Agnol Júnior, Julgado em 15/03/1999) (grifou-se)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA - LEI MUNICIPAL – OBRIGAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE APARELHO ELIMINADOR DE AR NA TUBULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – INICIATIVA PARLAMENTAR - SANÇÃO E PROMULGAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - VÍCIO DE INICIATIVA - OFENSA AO PRINCÍPIO DE SEPARAÇÃO E HARMONIA ENTRE OS PODERES.

1. O mandado de segurança se destina à correção de ato ou omissão de autoridade, desde que ilegal e ofensivo a direito individual, líquido e certo do impetrante (art. 5º, LXIX, CF). Impetração que se volta contra lei de efeitos concretos. Extinção do processo, sem resolução de mérito, afastada. 2. Lei nº 2.836, de 23 de agosto de 2016, do Município de Santa Isabel. Criação de obrigação para instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água. Lei de iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa. Usurpação de competência do Poder Executivo. Ofensa ao princípio constitucional de separação dos Poderes. Sentença reformada. Segurança concedida. Recurso provido. (TJSP; Apelação 0002498-60.2016.8.26.0535; Relator (a): Décio Notarangeli; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Santa Isabel - 2ª Vara; Data do Julgamento: 21/02/2018; Data de Registro: 21/02/2018) (grifou-se)

Porém, de fato não se pode negar que o restante do texto da proposição em exame não chega a atribuir funções ou serviços ao Executivo, não incorrendo, assim, em afronta ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes⁴, diferentemente do caso julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina abaixo transcrito como exemplo, que atribuiu expressa e diretamente funções a uma Secretaria:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE REAPROVEITAMENTO DE ÁGUAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. PROJETO DE LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. CRIAÇÃO DE COMPETÊNCIA DE SECRETARIA E IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS AO MUNICÍPIO. INVIABILIDADE. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA VERIFICADO. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 5.637/15 DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL DECLARADA. PEDIDO JULGADO

⁴ Constituição Federal:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

Art. 10 - São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito.

Lei Orgânica do Município de Itaquí:

Art. 2º São Poderes do Município, independentes e harmônicos o Legislativo e Executivo. (grifou-se)



PROCEDENTE. A circunstância de a norma de iniciativa parlamentar alterar a competência de órgão diretamente vinculado ao Executivo e prever a alocação de recursos para sua execução configura violação do princípio da tripartição dos poderes consagrado nas Constituições Federal e Estadual. (TJSC, Direta de Inconstitucionalidade n. 9156619-34.2015.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, Órgão Especial, j. 07-12-2016) (grifos nossos)

Portanto, naquilo que se referir a edificações de órgãos públicos, é importante registrar que também se configura vício de iniciativa.

De resto, ocorre que o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que não há esta interferência entre os Poderes em casos como este, a exemplo do que se destaca no trecho transcrito abaixo decisão proferida nos autos do Recurso Extraordinário (RE) nº 745660 pelo Ministro José Antônio Dias Toffoli:

Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. **Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública**, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. (...)” (ADI nº 3394/AM, Rel. Min. Eros Grau, Dje 15/8/08). (grifamos)

Dessa forma, o STF e outros Tribunais do país sustentam que a análise da constitucionalidade da iniciativa deve restringir-se às matérias elencadas no art. 61, § 1º, da CF, para o Executivo, aplicável aos Municípios pelo princípio da simetria.

De fato, quando se analisa a questão pelo ângulo do papel do Poder Legislativo que é o de, no exercício de sua função legislativa, ter a prerrogativa institucional primordial para dizer o direito, criar o direito, vislumbra-se viabilidade para a intenção legislativa, desde que obviamente não interfira na competência institucional do Executivo.

Assim, considerando estritamente o entendimento do STF, a única ressalva que se faz ao projeto de lei analisado é justamente quanto ao parágrafo único do art. 5º e ao art. 11, que devem ser retirados do texto, pois determinação para instalação de hidrômetros individuais e a regulamentação da lei são consideradas atribuições privativas do Prefeito nos termos da Lei Orgânica Municipal e da jurisprudência consolidada nos Tribunais, não podendo ser imposta pelo Legislativo⁵.

⁵ Art. 53 Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

d) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, **bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução**; (grifou-se)



IV. Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade parcial do projeto de lei analisado, orientando-se apenas a reescrevê-lo fazendo as correções pontuais quanto àquilo que não pode ser disposto pelo Poder Legislativo de forma a determinar atribuições ao Executivo, conforme explicado ao longo do item II desta Orientação Técnica.

O IGAM permanece à disposição.

Roger Araújo Machado
OAB/RS 93.173B
Consultor do IGAM